

O “PACTO PELOTAS PELA PAZ” ENQUANTO PARTICULARIDADE DA AMPLIAÇÃO DA DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL

LUCAS ROCHA DE PAULA¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹UFPeI – lucasluga@gmail.com

²UFPeI – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O “Pacto Pelotas Pela Paz”¹ é um programa apresentado pela Prefeitura municipal de Pelotas/RS em agosto de 2017 sob a justificativa do combate à violência e o fomento à paz e sossego públicos. O programa foi apresentado pela Prefeitura municipal de Pelotas/RS em agosto de 2017 sob a justificativa do combate à violência e o fomento à paz e sossego públicos. O “Pacto” se realiza com a parceria prioritária da organização “Comunitas”.

O presente trabalho busca localizar o referido “Pacto” em determinado sistema econômico e social, de crise aguda do capital-imperialismo (FONTES, 2010) e, dialeticamente, do próprio regime democrático brasileiro, que após os anos 80 do século passado tem se caracterizado pela blindagem aos interesses da maioria da população (DEMIER, 2017). Para tanto, se fará uso de conceitos tais quais o de democracia blindada, Estado ampliado e aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2004).

A partir da compreensão de que o Estado brasileiro conforma os interesses de uma classe social minoritária antagônica aos de outra classe à qual pertence o restante da população que dispõe de sua força de trabalho na sociedade, há que se abordar o espectro de alianças sob a qual o “pacto” é firmado para a concomitante análise da finalidade real e concreta de tal programa. A parceria prioritária da Prefeitura pelotense com a OSC²- Organização da Sociedade Civil- “Comunitas” é, na presente pesquisa, central para a verificação de interesses não explicitados discursiva e publicamente.

O objetivo central aqui compreende relacionar o “Pacto Pelotas Pela Paz” a uma expressão política da ampliação da dominação burguesa brasileira, tendo em vista a atual conjuntura nacional influenciadora das particularidades locais. Contudo, algumas questões teóricas precedem o alcance do objetivo em comento, tais quais: Como o Estado, enquanto instrumento da burguesia, garante a manutenção da ordem capitalista vigente? No Brasil, sob a realidade de um capitalismo periférico e dependente e de uma formação social colonial, essa garantia de dominação de uma classe sobre outra se dá de que forma?

De acordo com referencial teórico gramsciano, sociedades ocidentais onde o capitalismo se complexificou originando massas trabalhadoras conformam não só uma disputa de classes na sociedade política- comumente denominada Estado- mas também na sociedade civil- âmbito tido como de relações privadas da vida social. A essas duas esferas da luta de classes denominou-se Estado ampliado, onde a função maior é se construir uma hegemonia burguesa ainda que as bases sociais sejam de massas subalternas. A relevância do conceito de hegemonia relaciona-se ao fato de que em determinadas formações sociais, a classe burguesa precisa também ser a classe dirigente, isto é, ter uma de suas frações governando diretamente e impondo sob o fundamento da coerção e a ampliação do consenso

¹ Disponível em: < <https://yedacrusius.com.br/pacto-pelotas-pela-paz/> > acessado em: 04 de abril de 2018.

² Optou-se aqui pelo uso do termo OSC- nomenclatura recente e substitutiva de ONG.

passivo e ativo as suas ideias. Portanto, a hegemonia na dominação burguesa brasileira garante uma dada ideologia que, em boa medida, acaba por ser defendida por setores da própria classe trabalhadora, conforme especialmente a produção de consensos no terreno da sociedade civil (DEMIER, 2017).

Segundo MATTOS (2017), a ampliação da dominação burguesa no Brasil consiste em ampliar a produção do consenso, com máximo investimento nos aparelhos privados de hegemonia³ (APHs) consoante o máximo investimento também na máquina repressiva estatal. Esta seria a articulação da dominação capitalista em dada realidade ocidental periférica. Nesse sentido, há nítido apontamento da potencialidade de espriar um apassivamento maior das massas trabalhadoras brasileiras no terreno da sociedade civil, sob a mistificação das entidades sem fins lucrativos diretos. O discurso da minimização do Estado é, na realidade, falacioso, vez que o Estado em seu espectro socio-político se amplia para reprimir descontentamentos e investir recursos públicos em entidades privadas, bem como em seu espectro socio-civil se maximiza quando organiza os APHs em suas diversas empresas e entidades associadas.

Já em DEMIER (2017) temos que o regime, ou seja, a forma de expressão política do Estado burguês, no Brasil, que possibilita uma dominação desse tipo e nessa realidade pós anos 80, é a democracia liberal de tipo blindada. Tal espécie de regime democrático preserva espaços de decisão institucionais exclusivamente às frações do capital e, portanto, aos interesses dominantes, se fechando às pressões populares e expressando seu caráter, por essência, contrarreformista. É combinando retirada de direitos sociais com fomento a políticas sociais compensatórias e focalizadas, a depender da fração da burguesia apta para exercer a hegemonia burguesa via governo de plantão, que se constitui a democracia brasileira.

Assim, a hipótese levantada com base em tais premissas analíticas é a de que o “Pacto Pela Paz”, quando se constitui enquanto uma parceria do poder público com o APH “Comunitas”, cumpre papel de uma política que corrobora à produção de coerção e, sobretudo, de consenso, a partir da disputa de hegemonia burguesa no Estado e, conseqüentemente, na sociedade civil. Particularmente na atual conjuntura de crise social⁴, onde se aprofunda a blindagem democrática aos interesses de trabalhadores ao passo que segue garantindo o lucro de capitalistas ao redor do mundo, há que se questionar para quê e para quem o “Pacto” interessa.

2. METODOLOGIA

É combinando a particularidade real a elementos de totalidade que se almeja a concretude do objeto em observância. O materialismo histórico-dialético coaduna-se na presente pesquisa com o método de abordagem hipotético-dedutivo, vez que se busca estudar a ampliação da dominação burguesa no Brasil contemporâneo confrontando os resultados obtidos através da dimensão analítica particularizada do “Pacto Pela Paz”, projeto proposto em Pelotas/RS. A pesquisa é qualitativa, portanto, e o procedimento é bibliográfico e documental (MARCONI, 2003).

³ Segundo FONTES (2010), APHs constituem a base da sociedade civil, por meio de entidades associativas que se apresentam como voluntárias de modo a diluir as lutas de classes, ampliando o Estado para além da sociedade política. As OSCs são APHs.

⁴ A crise do capital se desdobra na economia, na política, no meio ambiente, na cultura, dentre outros aspectos da vida social humana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tratar-se de pesquisa eminentemente teórica, aqui se exporão resultados no que tange à relação entre o referido “Pacto” e em que medida este se evidencia enquanto particularidade de um processo de dominação que se amplia sobremaneira na sociedade civil brasileira.

Analisando-se a entidade “Comunitas”, que se constitui enquanto um APH de tipo empresarial, afere-se que esta possui parceiros e investidores advindos diretamente da alta burguesia interessada na manutenção de seus privilégios de classe, em complexas associações frente o capital-imperialismo. Alguns exemplos desses setores aliados organizadamente ao capital, coletados a partir de TORRES (2012), são: Camargo Corrêa, Itaú, Gerdau, Odebrecht, Santander, Sadia e Bradesco. Mais de 30% de tais parceiros constituem a base direta do capital financeiro mundial, e a maioria restante vincula-se a esse setor.

Especificamente sobre o “Pacto”, comparando-se o discurso de combate à violência e fomento à paz presente na divulgação do referido projeto, nota-se que sua concreta dimensão consiste muito mais em apaziguar o problema da desigualdade social pelotense que se expressa em violência aberta, incentivando a outra esfera da violência- a estrutural, coercitiva e repressiva-, do que resolvê-lo (MIGUEL, 2015). A tarefa de apassivamento, vinculada a um convencimento do individualismo e às práticas ostensivas policiais, evidenciam duas coisas: o latente receio de revoltas dos subalternos, ainda que desorganizadas; e também o já existente consenso ativo médio por tais camadas exploradas.

A Prefeitura de Pelotas, aliando-se a um APH vinculado de forma orgânica à classe hegemônica, não objetiva a redução da violência (considerada apenas na sua forma aberta, não estrutural); objetiva a produção de consenso da maioria da população que, contraditoriamente, também é alvo da repressão e violência estruturais promovidas pelo próprio Estado⁵. Enquanto resultado principal da pesquisa realizada, tem-se que “Pacto Pelotas Pela Paz” se coloca como estratégia burguesa de dominação, sobretudo pelo descrédito advindo das massas populares em relação à sociedade política (local aparentemente único das disputas). O empresariado e a intelectualidade burguesa reconhece o campo aberto na sociedade civil, a maior possibilidade de disputa mistificada e o potencial desagregador das demandas populares. A aliança entre Prefeitura e o APH “Comunitas” é usada de modo a garantir investimento, divulgação difusa e, com isso, ampliar a esfera de hegemonia burguesa em Pelotas, sobretudo a respeito do problema da violência, preventivamente à movimentação das massas trabalhadoras oprimidas.

4. CONCLUSÕES

Em suma, a relevância da pesquisa em andamento consiste tanto em seu objeto ser atual e recente quanto na forma de sua apreensão- indo da aparência à essência, do abstrato ao concreto, do simples ao complexo. A análise teórico-crítica é realizada integrando o particular ao universal, corroborando para uma apreensão de maior amplitude sociológica, não reducionista e simplificadora.

⁵ Violência concebida também pela retirada brusca de direitos, aprofundada com a crise econômica de 2008 e com o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 útil ao aceleração do processo de intensificação do ajuste socioeconômico brasileiro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos (1910-1920)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, M. B. **Estado e Formas de dominação no brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MIGUEL, L. F. Violência e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**- v.30, nº 88, p. 1-17, 2015.

TORRES, M. M. **Cidadania do Capital: a intervenção social das corporações empresariais no Brasil**. Fevereiro/2012. Dissertação de mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

CRUSIUS, Y. R. **Pacto Pelotas Pela Paz**. Yeda Crusius, Porto Alegre, 12 nov. 2017. Disponível em: <http://yedacrusius.com.br/pacto-pelotas-pela-paz/>.